

Haddad propõe o fim dos supersalários de servidores

Para ministro, esse deve ser início de reforma administrativa

Por Gabriela Gallo

Em meio às repercussões e discussões acerca de alternativas às mudanças do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o governo federal também articula uma reforma administrativa mais profunda — que visa alterar a administração pública para aperfeiçoá-la.

Em conversa com jornalistas nesta segunda-feira (2), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a reforma administrativa deveria começar em cortes aos chamados “supersalários”, termo adotado para funcionários que recebem acima do teto do funcionalismo público (atualmente R\$ 46.366,19, o mesmo salário que um ministro do Supremo Tribunal Federal) por conta de “penduricalhos”, geralmente do poder Judiciário.

“Nós já mandamos algumas dimensões da reforma administrativa, que na minha opinião deveriam preceder toda e qualquer votação, que é a questão dos supersalários e do acordo que foi feito com as forças sobre aposentadoria. Nós daríamos um bom exemplo, para começar a discutir esse tema, começando pelo topo do serviço público”, declarou o ministro.

Grupo de Trabalho

Na última quinta-feira (29), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), instalou o Grupo de Trabalho (GT) que vai discutir a reforma administrativa. O grupo, formado por 14 deputados federais (um de cada partido da Casa), é coordenado pelo deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ). Eles



Esther Dweck: reforma não afetará estabilidade do servidor

tem menos de 45 dias para definir sobre a reforma. O grupo foi instalado uma semana após o plenário da Casa aprovar o Projeto de Lei 1466/2025, que reestrutura carreiras e reajusta salários de algumas categorias do funcionalismo público no Poder Executivo. O projeto foi aprovado no Senado Federal, em votação simbólica, dias depois e o texto agora aguarda sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Questionado pela imprensa se o governo federal tratará a reforma administrativa, o chefe da Fazenda reiterou que há “aspectos da reforma administrativa que aumentam o gasto” público, como, segundo ministro, “toda parte de segurança” prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020 geram mais despesas para o poder Executivo.

“Eu tenho alertado o Congresso já tem algum tempo, vou falar com o Pedro Paulo

[relator do GT], tem dispositivos da PEC 32 que aumentam o gasto”, alertou Fernando Haddad. “Nós precisamos notar que, quando você fala em reforma administrativa, tem um pouco de um ‘fetiche’ em torno da expressão. Mas quando você faz a conta, a conta não fecha. Então precisa [de] cautela”, destacou o ministro.

Estabilidade

Na expectativa da sanção do PL 1466 e os trabalhos do grupo de trabalho da reforma administrativa, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, negou que as mudanças referentes ao serviço público impactará a estabilidade dos funcionários concursados e também negou uma suposta intenção de incluir medidas de ajuste fiscal na reforma.

“Combinamos que estabilidade do servidor e medidas de ajuste fiscal não compo-

riam esse diálogo. Reforma Administrativa para aumentar a eficiência do estado não poder ser confundida com ajuste fiscal e muito menos com retirar recursos da saúde e da educação”, escreveu a ministra por meio de suas redes, na última sexta-feira (30).

A manifestação da ministra ocorreu após o deputado Pedro Paulo, em uma entrevista ao jornal O Globo, ter citado a possibilidade dos parlamentares incorporarem ao texto mudanças, como a desvinculação de benefícios previdenciários do salário-mínimo e dos pisos constitucionais da saúde e da educação.

O fim da estabilidade de servidores públicos chegou a ser proposto pelo ex-ministro da Economia durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), Paulo Guedes, mas o caso não foi para frente devido a forte reação negativa das categorias do setor público.

Rogério Marinho finaliza testemunhos sobre o Núcleo Um

Por Karoline Cavalcante

Em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), o líder da Oposição no Senado Federal, Rogério Marinho (PL-RN), defendeu nesta segunda-feira (2), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no processo que investiga a tentativa de golpe de Estado em 2022. O senador, que à época atuava como ministro do Desenvolvimento Regional do governo, negou que o ex-presidente indicava qualquer pretensão de ruptura com a democracia.

Segundo Marinho, embora houvesse uma chateação coletiva na gestão sobre o resultado eleitoral, ele afirma ter notado uma forte preocupação de Bolsonaro para que não “houvesse excessos”, e que a transição do cargo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — vencedor do pleito — fosse feita com civilidade.

“Todos estávamos chateados, não esperávamos a derrota, era um pleito duro. Não é fácil uma derrota na circunstância que ocorreu, com um placar apertado. O vi preocupado que não houvesse bloqueios de rodovias, que interferisse o direito de ir e vir do cidadão. Havia ainda uma preocupação em não ver nele colada uma pecha de que estaria disposto a prejudicar o país, a economia do país”, declarou.

O parlamentar foi convocado para testemunhar pelas defesas do ex-chefe do Palácio



Marinho: Bolsonaro não queria ruptura democrática

do Planalto e do ex-ministro da Casa Civil, o general Walter Braga Netto — que foi o candidato a vice da chapa presidencial derrotada no segundo turno daquele ano. Segundo o congressista, nas reuniões depois do resultado das eleições, o que se tratou foi o fortalecimento do Partido Liberal nas eleições municipais, além de ter conversado com Braga Netto sobre as possíveis razões do insucesso no pleito.

Rogério Marinho foi a última testemunha do “Núcleo Um” ouvida pela Suprema Corte. Desde o dia 19 de maio, 52 pessoas prestaram depoimentos indicados pelos oito réus. Segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República, o grupo analisado é responsável pela suposta organização gol-

pista. Participaram da audiência nesta segunda-feira, o ministro do STF Alexandre de Moraes, relator da ação, o vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinoza, e os advogados de defesa dos investigados.

Agora, o próximo passo será o interrogatório dos réus, que foi marcado para começar na próxima segunda-feira (9), de forma presencial. O primeiro a depor será o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de Ordens de Bolsonaro e delator nas investigações.

Polícia Federal

Na mesma data, o líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (PT-RJ), prestou depoimento à Polícia Federal, no âmbito de um inquérito que

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Hugo Motta: proposta contraria muitos interesses

Anúncio de fim de isenções movimentou lobbies

Ao sinalizar a possibilidade de redução de incentivos fiscais como forma de barrar o aumento do IOF e equilibrar as contas públicas, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) deu um gás extra à sempre atuante máquina de lobbies no Congresso Nacional.

Há muitas dúvidas de que Motta e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenham mesmo

disposição para mexer nesse vespeiro, mas, por via das dúvidas, setores interessados em manter seus privilégios trataram de acionar seus representantes em Brasília.

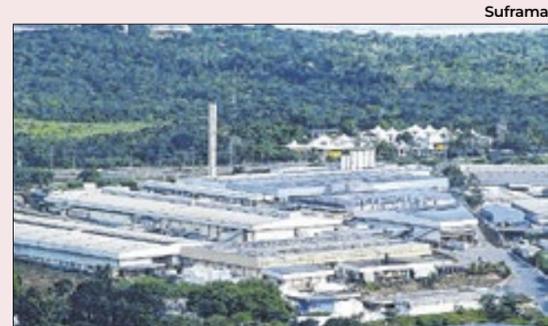
Um dos alvos é o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), designado por Motta para relatar proposta de reforma administrativa — ele também tem falado em reduzir os chamados gastos tributários.

Meio trilhão

Para este ano, a soma dos impostos que deixarão de ser pagos graças a privilégios concedidos por governos e Congresso deverá chegar a R\$ 540 bilhões, 4,4% do PIB e quase quatro vezes mais do que os gastos previstos com a concessão do Bolsa Família.

Zero a zero

Na avaliação irônica de uma liderança governista, todo mundo é contra o incentivo fiscal — dos outros. Praticamente todos os parlamentares defendem algum setor beneficiado por isenções, e ninguém aceita abrir mão de nada. O jogo de pressões termina em empate.



Indústrias na Zona Franca de Manaus

“Quem vai cortar?”, pergunta liderança da base

A lista de beneficiados inclui beneficiados pelo Simples, a Zona Franca de Manaus, o agronegócio, entidades beneficiadas sem fins lucrativos (o que inclui grandes hospitais e universidades) e pessoas físicas que abatem despesas com saúde e educação no imposto de renda. “Que governo vai cortar esses benefícios?”, per-

gunta o parlamentar.

Em 2003, primeiro ano de Lula na Presidência, os gastos tributários representavam 2% do PIB — de lá pra cá, praticamente não deixaram de crescer.

Em 2024, como mostrou a coluna, PT e PL se uniram para derrotar proposta que previa redução progressiva de incentivos, o crote seria de 10% até 2031.

Conversa

A realização, entre hoje e quinta, do Fórum Parlamentar dos Brics no Congresso Nacional vai paralisar a Câmara e o Senado, mas não impedirá as conversas entre Motta e Haddad sobre alternativas ao aumento do IOF. Para ontem à noite, estava prevista uma reunião entre eles.

Paralelo

Motta antecipou a possibilidade de taxação de negociações que envolvam criptomoedas. A alternativa é bem vista pelo governo, mas há o temor de que a taxação reforce ainda mais o mercado paralelo de bitcoins — o oficial foi regulamentado no país no fim de 2022.

Sexo pago

De acordo com anúncio publicado em capas de jornais brasileiros pelo site Fatal Model, há 1,4 milhão de prostitutas em atividade no Brasil. Segundo a propaganda, são “mães, filhas, irmãs e esposas” — o total representaria quatro vezes o número de médicos no país.

Plataforma

O site é uma plataforma de anúncios de mulheres e homens que se prostituem — no anúncio, são chamados de acompanhantes. O 2 de junho marca o dia em que cem mulheres ocuparam uma igreja em Lyon, na França, para protestar contra a repressão à prostituição.